

NOS CAMINHOS DA NEUTRALIDADE: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE O FINAL DA GUERRA DA CISPLATINA E OS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA FARROUPILHA

Luan Mendes de Medeiros Siqueira*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo central abordar a política externa imperial entre o fim do conflito cisplatino e os primeiros anos da guerra Farroupilha, isto é, a neutralidade. Para isso, é discutido o sentido deste conceito no intuito de entender como essa abordagem se impôs. Em seguida, foram analisados os contatos diplomáticos entre os líderes políticos e militares do Rio Grande do Sul e os chefes platinos, nos momentos anteriores à eclosão da Farroupilha. Por fim, foi realizada uma análise inicial sobre a revolta mais longa da fase regencial à luz das correspondências trocadas entre os ministros dos negócios estrangeiros a respeito de seus apontamentos sobre a revolta. Busca-se compreender como a diplomacia brasileira acompanhou um conflito ocorrido no extremo sul do seu território, comprometendo a integridade do Império, seja pelo separatismo ou pela possibilidade de associação com os governos das repúblicas adjacentes.

Palavras-chave: Neutralidade. Política Externa. Império do Brasil.

ABSTRACT

The present article has as central goal to approach the imperial external politics between the end of cisplatin conflict and the first years of Farroupilha war, that is, the neutrality. For this aim it is discussed the sense of this concept in order to understand how this approach was imposed. Next, the diplomatic contacts between the politic and military leaders from Rio Grande do Sul and platin chiefs, in the moments before the outbreak of Farroupilha, were analyzed. Finally, it was realized an initial analysis about the longest revolt of the regency phase, in the light of correspondences exchanged between the foreign business ministers regarding your appointments about the revolt. It is sought to understand how Brazilian diplomacy

* Bolsista CAPES. Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre e graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, respectivamente nos anos de 2018 e 2016. E-mail: luan.mendes94@gmail.com

accompanied a conflict occurred on extreme south of your territory, compromising the integrity of the empire, either by separatism or by the possibility of association with the adjacent republics governments.

Keywords: Neutrality. Foreign Policy. Empire of Brazil.

1. Os efeitos da Convenção de paz de 1828: novos atores políticos no Prata

O presente trabalho tem como ponto de partida a Convenção Preliminar de Paz de 1828, acordo que encerrou o conflito cisplatino, sob a mediação da Inglaterra, mas não resolveu todos os problemas existentes entre o Império e o governo de Buenos Aires (PIMENTA, 2006, p. 75) Ficaram em aberto diversas questões, entre elas: os direitos de navegação nos rios da região e a delimitação de fronteiras entre o Império e o Estado Oriental. Em seu terceiro artigo, o acordo dizia que os dois governos deveriam “defender a independência e a integridade do Uruguai, pelo tempo e pelo modo a serem ajustados em um tratado definitivo de paz” (SILVA, 1976, p.232). Porém, no período posterior da Convenção, perceberemos o quanto a paz selada e pretendida entre os governos beligerantes serviu apenas de mera formalidade dada a situação de precariedade que viviam.

O Tratado preliminar de paz não resolveu definitivamente os problemas. Conforme assinala João Paulo Pimenta, a criação da República Oriental do Uruguai introduziu no Prata um novo espaço de jurisdição política até então inexistente. Entretanto, nada disso significou o fim das tensões entre os governos platinos (PIMENTA, 2006, p.249). A Guerra da Cisplatina abriu horizontes para novas disputas políticas em torno do Prata, tanto com o surgimento dos grupos políticos dos Blancos e Colorados, que disputariam o poder no Estado Oriental, nas pretensões ambiciosas de Juan Manoel de Rosas, governador de Buenos Aires, como nas tensões políticas no sul do Império. O referido princípio estaria já evidente em um dos artigos da Convenção Preliminar de Paz de 1828 (SILVA, 1976, p.15)

Afinal, o que significava neutralidade para os diplomatas brasileiros no período? A partir da análise das correspondências, acreditamos que o governo não ficaria necessariamente neutro ou na posição de espectador frente aos conflitos na região do Prata, mas sim, principalmente, que as autoridades imperiais queriam evitar a qualquer custo que o Estado Oriental caísse no controle do governo de Buenos Aires. As cláusulas da Convenção Preliminar de

Paz abriam uma série de possibilidades tanto por parte do Brasil quanto de seus rivais no que diz respeito às tentativas de intervenção no território uruguaio. Não interessava apenas o direito de livre comércio e navegação, mas também a interferência direta no governo e até mesmo na orientação de questões diplomáticas.

A opção pela neutralidade não era apenas um consenso dentro da pasta do ministério dos negócios estrangeiros. Foi recomendado, sobretudo pelo Conselho de Estado. Criado oficialmente após à Independência e confirmado pela constituição de 1824, seguiu o modelo dos velhos conselhos áulicos europeus, com membros vitalícios, podendo ser nomeados ou demitidos diretamente pelo Imperador (MARTINS, 2006, p. 179). Funcionava como uma ponte entre o Estado e as elites políticas já que o órgão traduzia, por um lado, o pensamento do governo, e por outro, sua adequação aos interesses dos grupos dirigentes e das elites ali presentes (MARTINS, 2006, p.179). O primeiro Conselho foi iniciado em 1823 com o objetivo principal auxiliar na manutenção da Independência do Brasil, além de substituir o antigo conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. O segundo foi de 1823 até 1834, ano de sua extinção por conta das reformas liberais do Ato adicional.

Entre o fim do conflito cisplatino, 27 de agosto de 1828, e a queda do Imperador, em 7 de abril de 1831, foram realizadas quarenta e nove sessões. Durante esse período mapeamos apenas duas sessões em que os membros discutiram assuntos relativos ao Rio da Prata, nas quais todos foram unânimes quanto à linha da neutralidade. As duas reuniões realizadas no ano de 1830, respectivamente nos meses de maio e junho. Para comprovar essa linha brasileira de apoio a nenhum governo, segue o trecho abaixo de uma das sessões que reforçou a diretriz da política externa imperial do pós-guerra. O fim do conflito cisplatino não significou o fim das tensões entre os grupos políticos internos no Uruguai. Pelo contrário, as disputas políticas pareciam estar cada vez mais intensas. O governo uruguaio solicitaria uma intervenção brasileira, entretanto, os membros do conselho optaram por não intervir no país vizinho e alegaram que tal exigência não estava prevista nas cláusulas da Convenção Preliminar de paz (CONSELHO DE ESTADO, 1830, p. 80).

Além de ser a política externa a ser seguida pelo Brasil, ser neutro consistia também no ato evitar conflitos internacionais na região e evitar qualquer guerra com seus vizinhos tendo em vista a experiência do conflito cisplatino recém-encerrado. Possivelmente,

foi o Conselho que estabeleceu a neutralidade como linha de ação, repassando essa postura para a pasta dos negócios estrangeiros. Em determinados casos, representantes diplomáticos eram também conselheiros, o que facilitava as vias de debates entre as instituições.

A chancelaria brasileira sabia dos riscos caso aceitasse mediar os conflitos internos do Uruguai. Lidaria com caudilhos platinos, expondo-se à associação com alguma das facções em luta. Navegando nessas vias, conforme aponta o trecho da mesma reunião do Conselho “nem ter ingerência alguma nos negócios políticos”, o Brasil reconstituía também suas estratégias e sua própria diplomacia, sempre buscando preservar as cláusulas da convenção de paz bem como a integridade e a soberania do Estado Oriental. Durante os anos que precederam a eclosão da guerra farroupilha, através de informações dos agentes diplomáticos brasileiros, a elite política imperial estava a par da invasão das tropas da república Oriental na província de São Pedro, bem como das sublevações naquela província envolvendo o futuro líder farrapo, o coronel Bento Gonçalves, e os caudilhos orientais, dentre eles, Juan Antonio Lavalleja.

Na sessão do conselho de Estado de dois de maio de 1830, os conselheiros alegavam que o presidente da província gaúcha se reportava *de maneira digna e judiciosa* ao presidente do Uruguai, na época, Fructuoso Rivera, questionando as razões da violação *do nosso território*, já que o Império adotava uma postura imparcial. O motivo seria que o general Lavalleja teria tentado se apossar do poder, realizando levantes militares contra o governo na capital, Montevideú. Não obtendo êxito, receberia asilo político de Bento Gonçalves, o que geraria certa preocupação por parte do governo brasileiro.

Em resposta a esses episódios, o governo brasileiro expediu uma ordem veemente para que os emigrados não abusassem da hospitalidade, que se lhes havia dado, e para que em caso de abuso fossem dispersos, ou mesmo expulsos da província, mas igualmente esperava que o território brasileiro fosse respeitado, pois o Brasil não sofreria ofensa de sua dignidade e soberania (CONSELHO DE ESTADO, 1833, p. 127-128). Juntamente com o padre Caldas, Bento Gonçalves e Lavalleja, passariam a ser observados atentamente por supostas alianças ou conspirações. Afinal, quem eram esses líderes? Suas trajetórias estariam entrelaçadas?

Juan Antonio Lavalleja foi antigo lugar-tenente do exército de Artigas e, posteriormente, um dos líderes dos *treinta tres orientales*

na ocasião da luta contra as tropas brasileiras na Banda Oriental durante o conflito Cisplatino (MESSIAS, 2018, p.92). Após a guerra, o general Lavalleja fundou o partido político Blanco. Por meio dessa facção, disputou as primeiras eleições presidenciais do Uruguai em 1830, tendo como concorrente Fructuoso Rivera, pertencente ao partido Colorado.

Esse último, por sua vez, ganharia as eleições, ficando no poder até 1835. Rivera, assim como Lavalleja, lutou junto das tropas artiguistas no período das intervenções luso-brasileiras. Entretanto, abandonou os orientais e passou a apoiar as tropas portuguesas, chegando a ser promovido ao posto de Brigadeiro General pelo comandante, o Barão de Lecor. Mais uma vez, trocaria de lado durante a guerra Cisplatina, combatendo entre os trinta e três orientais em prol da independência do Uruguai (GUAZZELLI, 1998, p. 183). Manoel Oribe foi também um dos líderes orientais no conflito cisplatino na luta contra as forças armadas brasileiras. Além de um dos fundadores do partido Blanco, tornou-se o sucessor de Rivera na presidência do Uruguai, em 1835.

O Brasil protestava frente ao governo uruguaio pelo fato das guerras políticas do referido Estado se estenderem à província de São Pedro, violando a neutralidade adotada diante das disputas internas da república Oriental. Vale ressaltar também que havia um descompasso entre a vontade do governo central e os interesses de parte das elites do Rio Grande do Sul. Enquanto o primeiro desejava manter uma estrutura política centralizada após o processo de abdicação, parte da elite sul-rio-grandense desrespeitava as ordens vigentes ao tecer contatos nas regiões de fronteiras com o país oriental que ainda não se encontravam consolidadas. Além disso, parte dos membros políticos da elite da província de São Pedro reivindicava assim como grande parte das outras províncias brasileiras uma maior autonomia administrativa nos instáveis anos regenciais.

Bento Gonçalves da Silva participou das primeiras incursões portuguesas na campanha cisplatina entre 1811 e 1812, quando foi nomeado capitão, depois, tenente-coronel (MESSIAS, 2018, p. 97). Ocupou o cargo de Alcaide de Cerro Largo e de Comandante da fronteira de Jaguarão (PESAVENTO, 2003, p.21). Já na Guerra da Cisplatina atuou em algumas das principais batalhas, Sarandí e Ituzaingô. Em 1829, recebeu do imperador D. Pedro I o título de coronel de Estado-maior. Durante esses conflitos platinos, adquiriu estâncias tanto no Brasil quanto no Uruguai, tornando-se amigo de Lavalleja.

Bento Gonçalves não apenas sofria acusações do governo central por acobertar as insurreições de Lavalleja contra Rivera em território rio-grandense, mas era também alvo de críticas de outros líderes políticos da província, acusando-o de traçar planos com os caudilhos platinos para separar o Rio Grande do Sul do resto do Império. Diante dessas circunstâncias, o Brasil era acusado por Rivera de acolher os seus adversários políticos, uma situação que contestava a política de neutralidade. Montevideú já tinha convicção dessas ligações de líderes orientais com as elites sul-rio-grandenses cuja presidência da província estava nas mãos de liberais exaltados.

O trecho menciona também o “célebre padre Caldas”. Quem era este indivíduo? José Antônio Caldas nasceu na província de Pernambuco, em 1787, tornou-se sacerdote religioso pelo seminário de Olinda, era também jornalista e foi eleito deputado constituinte pela província de Alagoas em setembro de 1822. Desempenhou o cargo na capital imperial, Rio de Janeiro, onde aproximou-se dos irmãos Andradas, simpatizantes das ideias liberais. Foi um dos apoiadores do projeto constituinte de 1823 que reduzia os poderes do Imperador e que acabou sendo vetado pelo próprio monarca. Criticava de maneira contundente o caráter centralizador da constituição de 1824 e o poder Moderador. Diante desse cenário, foi um dos líderes da Confederação do Equador, em 1824, movimento contrário às medidas centralizadoras pelo governo central que ocorreu nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. A revolta não teve êxito e os líderes, dentre eles, padre Caldas, foram condenados à prisão perpétua.

O ex-líder religioso ficou preso na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói e conseguiu fugir para Buenos Aires com a ajuda de seus colegas políticos de Alagoas. Em terras portenhas, trabalhou como pároco e jornalista da Imprensa Oficial do Exército de Buenos Aires e depois foi enviado ao Uruguai onde atuou como padre na região de Cerro Largo. Conheceu Juan Antonio Lavalleja, trabalhou como capelão do exército oriental e lutou contra as forças militares do Império do Brasil na batalha de Passo do Rosário. Findada a guerra, permaneceu em Cerro Largo onde conheceu também o militar Bento Gonçalves. Anos mais tarde lutaria novamente contra o Império, junto com os líderes farroupilhas. Vimos, então, como esses movimentos pela fronteira incomodavam o governo brasileiro.

De volta à discussão do Conselho de Estado, as reuniões do conselho de Estado se deram até 1833 visto que um ano depois a instância foi extinta. Entretanto, mesmo com a sua suspensão, algumas de suas decisões foram mantidas na diplomacia brasileira,

destacando-se a permanência da política de neutralidade sobre o Uruguai. Acreditamos que, além do Conselho de Estado ser a instância que pautou a política externa brasileira nos anos finais do Primeiro Reinado, serviu de base também para quase toda a diplomacia brasileira na Era Regencial, estendendo-se até mesmo aos anos iniciais do Segundo reinado. Percebemos essa continuidade nas discussões do relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1834, um ano após a extinção do Conselho:

Para dar uma prova mais convincente da lealdade do seu procedimento, e da fidelidade no cumprimento dos seus ajustes, o governo imperial exigiu do governo oriental que nomeasse os seus plenipotenciários, para virem a esta corte negociar o tratado definitivo de paz, na conformidade da convenção preliminar de 27 de agosto de 1828 (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1834, p.14)

Vimos até aqui como a política brasileira esteve marcada por profundas instabilidades políticas, incertezas sobre os caminhos do Império e como isso refletiu no campo da diplomacia. Entendemos que a preferência pela neutralidade em relação aos episódios no Prata se deu a partir da preservação da soberania do Uruguai, firmada na Convenção Preliminar de Paz. Entretanto, a situação ficaria desconfortável quando uma revolta no Rio Grande do Sul ameaçou a unidade territorial, com reflexos nas relações com o espaço platino. Por não haver um consenso entre as elites em torno da organização interna, a política externa não foi implementada de maneira coerente, salvo a manutenção da independência que interessava a grande parte dos setores do Brasil (DORATIOTO, 2010, p.16). Porém, como se manter firmemente nessa condição se políticos da província do Rio Grande de São Pedro começavam a afinar laços com alguns líderes platinos? Será visto no próximo tópico que a guerra farroupilha fez com que a diplomacia brasileira repensasse suas ações na região platina. Como aponta a historiadora Gabriela Ferreira, esta guerra foi um dado importante para o governo imperial na condução de sua política externa no Rio da Prata.¹ O conflito fez o governo central reexaminar suas relações diplomáticas com o Prata.² Será visto nos tópicos a seguir que, não bastasse a eclosão da guerra, uma das preocupações do Império

¹FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p.95.

²CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p.39.

era o estreitamento dos laços políticos entre os líderes farrapos e os chefes políticos platinos.

3. A eclosão da Farrroupilha

Cada uma das rebeliões regenciais apresentava suas peculiaridades, formas de organização e propostas políticas. Sem dúvida o caso mais problemático foi o da Farrroupilha, iniciado na província de São Pedro em 1835. Prova disso é o fato de ter sido o conflito mais longo e o mais delicado a ser enfrentado pelo governo brasileiro. O contexto político da dita província, assim como na maior parte das outras regiões do Império, não era difícil. Percebemos o clima de turbulências políticas não apenas nas correspondências diplomáticas. Observamos tais aspectos no relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul, na época Fernandes Braga, aquele que mais tarde seria derrubado pelas tropas farroupilhas.

Além de mencionar o incômodo das incursões militares de Lavalleja contra o governo de Rivera no Estado Oriental e as supostas proteções de Bento Gonçalves e do “indigno padre Caldas” ao uruguaio, discutido no tópico anterior, atestava a conjuntura política dentro da província, marcada pelo acirramento das rivalidades entre os liberais e os membros do governo central. Braga alertava em sua administração uma real ameaça de guerra na província sul-rio-grandense (BARRIOS, 2011, p.59). Por isso, já solicitava do governo central um cuidado maior à referida província e uma reorganização das tropas da Guarda Nacional caso alguma revolta eclodisse.

O descompasso entre o governo central e as demandas de algumas províncias brasileiras prenunciavam rotas de colisão. Medidas liberais como o ato adicional promoveram certa autonomia política e administrativa atendendo às reivindicações dos setores mais exaltados, mas as indicações a cargos importantes como o de presidente de província continuavam a ser executadas pelo governo do Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul era uma das províncias que não fazia parte da base do poder liberal e por isso, buscava uma maior participação na política nacional e autonomia administrativa. Sob diferentes espectros, alguns de seus representantes caracterizavam-se por serem os maiores defensores do federalismo, porém, muito influenciados pelas ideias do espaço platino, especialmente o republicanism e o separatismo (BARRIOS, 2011, p. 59).

A gênese da guerra dos farrapos deveu-se ao descontentamento de parte da elite do Rio Grande do Sul com as

atitudes do governo central (RIBEIRO, 2013, p.79). No início, apresentava um caráter reivindicatório, mas em 1836, se transformou na declaração de uma república independente do Império brasileiro. Os chefes políticos gaúchos, particularmente aqueles próximos à fronteira uruguaia, consideravam que a Regência havia esquecido a Província, fazendo com que os liberais rio-grandenses aderissem à causa farroupilha (RIBEIRO, 2013, p. 31). O desgaste das relações políticas da província sulina com o Império não é o único fator que explica a guerra e nem é um total consenso na historiografia sul-rio-grandense.

Outras interpretações foram desenvolvidas para a abordagem da guerra, dentre elas: a discussão referente à natureza do conflito (federalismo ou separatismo) e às questões econômicas. Não é nossa intenção realizar uma discussão historiográfica sobre a gênese da guerra farroupilha, entretanto, no entendimento do presente estudo, acreditamos que o referido episódio se resumiu a uma resposta a questões de política interna.³Pelo contrário, transcendeu as fronteiras do Império, envolvendo atores políticos de governos adjacentes. Tendo como foco central analisar a conjuntura política platina durante a guerra e a evolução da diplomacia imperial diante dessa revolta, mostraremos, a partir da análise das cartas diplomáticas, as conexões entre alguns líderes farrapos e os chefes políticos platinos. Somando-se a essas considerações acreditamos também que a revolta assumiu um caráter internacional pelo fato de envolver ideias e atores políticos da conturbada região platina.⁴

³Dentre alguns historiadores que seguem a linha de que a Farroupilha foi uma revolta de caráter mais nacional podemos mencionar, por exemplo, Décio Freitas e Helga Piccolo. Na concepção de Freitas a Farroupilha foi uma rebelião federalista na qual os estancieiros, ameaçados pela economia de exportação do governo central constituíram os elementos mais radicais de todo o grupo. Além disso, os liberais sul-rio-grandenses desejavam uma maior autonomia administrativa sobre a província (FREITAS, Décio. In: FREITAS, Décio. (org.). *A Revolução Farroupilha: História & Interpretação*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985, p.120). Em perspectiva semelhante, Piccolo diz que o fator que levou para a eclosão da Farroupilha foi que os revoltosos desejavam apenas uma autonomia política maior em relação ao governo central e que o conflito foi em sua gênese federalista, inserindo-se assim, no contexto nacional de rebeliões de caráter anti-centralizador. (PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. *Revista de História do IFCH/UFRGS*. Porto Alegre, UFRGS, Vol. 01, 1986/1987. p. 42-43)

⁴ Dentre alguns historiadores que ressaltam um maior peso das influências platinas sobre a revolução Farroupilha podemos mencionar, por exemplo, Cesar Guazzelli e Gabriela Ferreira. Na perspectiva do primeiro, a ruptura entre a província de São Pedro e o governo central se devia mais aos intentos das autoridades centrais contra os chefes militares que agiam por conta própria. Durante o período da separação, os

No que diz respeito à periodização da guerra, corroboramos as ideias de Moacyr Flores quando este propõe a divisão do conflito em duas fases: a primeira etapa, entre 20 de setembro de 1835 e setembro de 1836, e a segunda, entre 1836 e 1845 (FLORES, 1990, p. 7). O primeiro momento foi marcado pela eclosão da revolta, a partir da insurreição dos liberais- sul-rio-grandenses liderados por Bento Gonçalves que tomaram a cidade de Porto Alegre, resultando na deposição do presidente Antônio Fernandes Braga e a indicação de José de Araújo Ribeiro para o cargo da presidência da província.

Nessa etapa os farrapos buscavam maior autonomia administrativa em relação ao governo central. Entretanto, as relações entre ambos se encontravam cada vez mais desgastadas. A segunda etapa da guerra teve como marco a proclamação da república rio-grandense, tendo como um dos líderes o general Antônio de Souza Netto, na chamada batalha do Seival em 11 de setembro de 1836. Nessa fase, a província tornava-se independente do Império do Brasil. Vale ressaltar essa decisão não foi consensual entre os líderes farroupilhas.

As divergências dentro da elite sul-rio-grandense existiam desde o período posterior ao levante de 20 de setembro, em que sérias desavenças manifestavam-se entre os revolucionários, deixando assim, incertezas sobre os destinos do movimento (FRANCO, 2011, p.30). De acordo com Flores, a principal divergência política entre os farroupilhas envolvia dois grupos: os liberais monarquistas e os liberais republicanos. Os primeiros almejavam uma maior autonomia política e administrativa para a província, mas não aspiravam emanciparem-se do Império do Brasil. Dentre eles, podemos mencionar Bento Gonçalves que aderiu com relutância ao separatismo. Já a outra facção era favorável ao federalismo e desejava a independência da província com a adoção de um regime republicano. Entre os líderes desta última corrente, destacava-se o general Antônio de Souza Netto (FLORES, 1978, p. 50)

Como será visto a seguir, as visões dos diplomatas brasileiros nos momentos da eclosão e durante uma parte da revolta apontavam para projetos que envolviam a província do Rio Grande

farrapos buscaram contatos com os caudilhos políticos platinos a fim de obterem o reconhecimento da república de Piratini (GUAZZELLI, Cesar A. B. O Horizonte da Província. *A república Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013, p.403). Ferreira aponta a Farroupilha inserida no jogo político platino, assumindo assim, um caráter internacional, haja vista o envolvimento dos farrapos em assuntos políticos dos governos vizinhos (FERREIRA, Gabriela Nunes. O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2006, p.21)

do Sul com outros Estados vizinhos. Para além das notícias de hostilidades, do estado de anarquia provocado pelos rebeldes dentro da província de São Pedro, a temática de um governo confederado era recorrente entre os agentes brasileiros. Como reação ao início da revolta, no âmbito interno, as autoridades centrais procuravam negociar com as autoridades políticas sul-rio-grandenses.

Já no campo da política externa, embora a diplomacia brasileira estivesse no caminho da neutralidade, o Império buscou negociar com os governos vizinhos da Confederação Argentina e do Estado Oriental a fim de que não prestassem nenhum tipo de proteção ou auxílio aos sediciosos. No relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1835, apresentado em maio de 1836 à assembleia Legislativa, observamos essa orientação de “não darem nenhuma proteção aos facciosos da província de São Pedro, guardando a mais escrupulosa neutralidade nesta dissensão política” (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1836, p. 11). Porém, algumas autoridades diplomáticas imperiais já alegavam que alguns governos, dentre eles o de Oribe no Uruguai, enxergavam a possibilidade de separação do Rio Grande do Sul. Exemplo disso é a correspondência de Manuel de Almeida Vasconcellos, direcionado ao seu chefe, o secretário dos negócios estrangeiros, Manuel Alves Branco:

O presidente deste Estado (Oribe), logo que aqui constou das notícias da sedição na província do Rio Grande, partiu para a fronteira do Jaguarão, acompanhado pelo ministro das relações exteriores, mas já se acha de volta nesta Capital, tendo dado terminantes ordens aos comandantes da fronteira, a fim de observarem inteira e estrita neutralidade a respeito dos acontecimentos daquela província. Devo, porém, participar a vossa excelência, que este governo parece acreditar que a província do Rio Grande tende a separar-se do Império, e que esse é o espírito da facção (blancos) que atualmente a domina (AHI, 1835, p. 25)

No trecho “a província do Rio Grande tende a separar-se do Império, e que esse é o espírito da facção que atualmente a domina”, observamos que o ministro Vasconcellos não descarta a hipótese de que o governo Oribe, pertencente ao partido Blanco, veria com bons olhos a separação da província de São Pedro. Vemos também como o diplomata brasileiro não desconsideraria algum tipo de coalizão entre alguns líderes farrapos e o governo uruguaio. Em outra correspondência, datada de 18 de dezembro de

1835, três meses apenas após a eclosão do movimento, Vasconcellos relatava a Alves Branco um dos possíveis planos de Lavalleja, na época, aliado de Oribe, em federalizar as províncias de Rio Grande, Buenos Aires e do Uruguai, onde Juan Manoel de Rosas, governador de Buenos Aires

Constituir-se-á ditador desta República, federando-se as duas novas ditaduras com a atual de Buenos Aires. Estes manejos tenebrosos já são tão bem conhecidos pelo atual presidente com quem tive a ocasião de falar largamente no último dia 23 do corrente mês, tanto sobre a matéria e sobre os movimentos sediciosos da referida província (AHI, 1835, p.28)

Essas especulações que envolviam a existência de um governo composto pelas mencionadas províncias foram debatidas intensamente pelos agentes diplomáticos brasileiros. Entre o período inicial da revolta, 20 de setembro de 1835, até a proclamação da república da província de São Pedro, em 11 de setembro de 1836, mapeamos, entre diversas temáticas, algumas correspondências tratando desse suposto projeto de Confederação. Tal proposta encabeçada por Lavalleja pautava-se na ideia elaborada por José Gervasio Artigas durante as campanhas militares da Banda Oriental na década de 1810.

A partir da realização de um pacto confederal, a forma de governo adotada seria a república, onde cada província teria certo grau de soberania. Qual seria o objetivo em formar a Confederação? Além de fortalecer os Estados membros, teria a missão fundamental de combater os inimigos de cada um dos integrantes. No caso farroupilha, o adversário era o Império do Brasil. Já no Uruguai, o inimigo a ser eliminado eram os Colorados e na Confederação, os alvos do partido federal eram “los inimigos y selvages unitários”.

Não se tratava de uma forma de Estado, mas sim numa ordenação das relações entre estados soberanos e independentes (PADOIM, 2013, p. 9). Na época Artigas, em suas instruções para a sistematização do pacto, buscava uma maior autonomia administrativa à província Oriental já que lutava contra os interesses e a centralização de governo em Buenos Aires. Conforme destaca João Paulo Garrido Pimenta, suas instruções traziam em si a ideia da preservação de um Estado soberano e autônomo ligado pela Confederação às demais províncias do Prata.

Mas, o referido modelo de estado era incompatível com a manutenção da integridade das monarquias espanhola e lusa

(PIMENTA, 2006, p.116). A confederação artiguista não teve êxito uma vez que *el protector de los pueblos libres* foi derrotado pelas tropas luso-brasileiras e a antiga província Cisplatina foi anexada ao Império português. O antigo seguidor de Artigas, Lavalleja, idealizou semelhante proposta, envolvendo as províncias platinas contando com uma possível integração da província sul-rio-grandense e enxergando em Rosas, haja vista naquele período ter boas relações com ele, o chefe da Confederação

Os diplomatas brasileiros alertavam sobre uma real possibilidade da província de São Pedro se tornar emancipada e de se associar a Uruguai e Buenos Aires. Por exemplo, na correspondência de 23 de janeiro de 1836, Manoel de Almeida Vasconcellos referia-se a essas supostas ações como “maquinações de Oribe, Bento Gonçalves e a Juan Manoel de Rosas” (AHI, 1836, p.3). Além disso, alegava que, segundo informações de um amigo próximo do governador Rosas, a província do Rio Grande do Sul estaria satisfeita com os auxílios militares empreendidos pelo líder político de Buenos Aires (AHI, 1836, p.3). Na correspondência não é mencionada quem passou informações ao agente brasileiro. Entretanto, é interessante ressaltar que a visão dos diplomatas imperiais acerca do movimento farroupilha caminhava para uma possível secessão.

Outra informação importante, presente nessas cartas é que os agentes imperiais mencionavam que o governador de Buenos Aires forneceria armamentos e munições aos rebeldes. Uma delas é a carta de 15 de abril escrita por Gaspar José Lisboa a José Inácio Borges. Lisboa dizia que “por meio de Lavalleja, os referidos armamentos seriam entregues aos sediciosos de Porto Alegre, onde eles se encontrariam na província de Entre Ríos” (AHI, 1836, p. 9). À medida que as relações políticas entre o governo central e a província meridional deterioravam-se, as notícias que chegavam por meio das cartas diplomáticas tratando dessas supostas alianças, a chancelaria brasileira temia cada vez mais pelos sérios riscos dos desdobramentos da revolta.

Não somente a ideia de uma federalização do Uruguai às províncias platinas desrespeitava a convenção de 1828. A ideia encabeçada por Lavalleja e Oribe e supostamente por Rosas, de uma confederação composta pelas províncias de Buenos Aires, Rio Grande do Sul e Uruguai representaria outro temor ao governo brasileiro. Esses projetos de governo não ocorreram, mas deixavam claro ao Império brasileiro os riscos destas conexões. Para além da perda de uma parte de seu território, preocupava-se também como

seria a atuação da política externa brasileira nos anos subsequentes na região platina por conta da secessão do Rio Grande do Sul. Vimos até aqui que desde 1828, final do conflito cisplatino, até o ano do início da Farroupilha, 1835, a diplomacia brasileira seguiu a proposta de neutralidade. O Império permaneceria nessa linha ou repensaria sua orientação diplomática?

3. O olhar da diplomacia brasileira sobre a República de Piratini

No tópico anterior, abordamos como o governo brasileiro reagiu à eclosão do movimento farroupilha. Agora trataremos sobre as seguintes questões: como foi a reação da chancelaria brasileira diante da separação da província de São Pedro? Como o governo brasileiro agiu para evitar o reconhecimento de um Rio Grande do Sul independente?

Em um primeiro momento, certamente, foi considerada uma grande derrota do governo brasileiro a perda uma importante província. As autoridades imperiais sabiam do grande potencial militar dos sediciosos e da capacidade de mobilização dos comandantes de fronteiras, muitos deles ex-oficiais da Guarda Nacional, como Netto que liderava a causa rebelde. Criada durante o período regencial, em 1831, órgão presente durante a guerra e na maioria das outras revoltas do período regencial, era uma instituição essencialmente civil, subordinada ao ministério da Justiça (RIBEIRO, 2001, p.45). Muitos oficiais e membros da guarda gaúcha abraçaram a causa farroupilha. Além disso, desenvolveu-se nessa região uma “elite da guerra”, resistentes ao processo de centralização do Estado Imperial.

O Império, por sua vez, encontrava-se enfraquecido militarmente. A instabilidade política tornava-se aguda cada vez mais entre as próprias forças liberais e entre estes e os conservadores pelo poder no governo central. Os vínculos dos farroupilhas com os líderes políticos platinos estreitavam-se também de maneira acentuada. Quais foram as estratégias da diplomacia brasileira frente a esses avanços? Um dos mecanismos foi a continuidade da política da neutralidade em relação aos governos vizinhos, solicitando aos mesmos que o inverso fosse também realizado sobre a Farroupilha. No relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1836 vemos essas ponderações:

Em todas as perturbações ocorridas na república do Estado Oriental tem o governo imperial, fiel aos princípios de uma política franca e

leal, guardado a mais estrita neutralidade, principalmente na última sedição, promovida em julho de 1836 pelo general D. Fructuoso Rivera. Deram-se logo ordens ao presidente da província de São Pedro, para que fizesse desarmar o dito general, e seus sequazes, fazendo-os retirar para longe da fronteira, a fim de se tirar todo o motivo da queixa (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1837, p. 11)

Como seria possível manter ainda a linha adotada diante da secessão da província de São Pedro com possíveis chances de conexão dos farrapos com os caudilhos platinos? Uma dessas possibilidades se deu quando, após a proclamação da república sul-rio-grandense, os líderes farrapos buscaram obter o reconhecimento de sua independência pelos governos de Juan Manuel de Rosas, da Confederação Argentina e de Manoel Oribe, do Estado Oriental. As primeiras aproximações dos farrapos com Oribe foram muito importantes para os revoltosos.

Através da praça e do porto de Montevidéu os negociantes da capital uruguaia realizavam abastecimento de cavalos, armas, munições e vestuários às forças republicanas, além de couros para a exportação (GUAZZELLI, 2010, p.99). Esses auxílios foram fundamentais, pois a república de Piratini em seus primeiros anos de independência já passava por dificuldades comuns a uma guerra: falta de pessoal e de um aparelho repressivo e fiscal adequado. Entretanto, mesmo diante dessas dificuldades, o governo sul-rio-grandense buscava maneiras de consolidar a República aproveitando-se das fragilidades políticas e militares do Império brasileiro.

Manter-se alinhado ao governo do Uruguai naquele período parecia ser um dos pilares centrais para a política externa da república de Piratini. Se Oribe já abria as portas para os farrapos, Rosas parecia também discretamente oferecer ajuda aos rebeldes. Tal apoio militar aumentava o nível de instabilidade no Rio Grande do Sul. Porém, por que Rosas não reconheceu a república? Estaria também em uma política de neutralidade frente ao governo brasileiro? Caso reconhecesse, teria maiores problemas com o Império, e um dos possíveis desdobramentos seria uma guerra entre os dois governos. Rosas, em 1836, tinha completado apenas um ano sob o governo da Confederação Argentina em seu segundo mandato. Preocupado inicialmente em estabelecer as bases de sua administração e uma gradual ordem política, não seria vantajoso para o líder político portenho provocar qualquer tipo de ato ou

hostilidade que levasse a um conflito contra um país vizinho, o que refletiria significativamente na política interna.

A proposta consistia em integrar as províncias platinas ao sistema federal centralizado em Buenos Aires. Uma das províncias seria o Estado Oriental. Além da república rio-grandense, o governo brasileiro não poderia perder de vista as tentativas políticas de intervenção rosista sobre o país uruguaio, o que seria uma transgressão, pois, de acordo com a Convenção Preliminar de Paz, os governos de Buenos Aires e do Brasil deveriam zelar pela integridade, pela autonomia e pela independência da República Oriental do Uruguai (SILVA, 1976, p.221)

Naqueles anos, a paz ficava mesmo apenas no campo das cláusulas. Após o episódio de Seival, os agentes brasileiros recebiam mais informações de ações armadas conjuntas entre os farroupilhas e as tropas de Oribe. Na visão do diplomata Manoel de Almeida Vasconcellos, os dois últimos grupos estariam “tramando novos atentados na fronteira do Jaguarão de tanta magnitude que não pode deixar de ser considerado como um ato expresso de hostilidade” (AHI, 1837, p. 4). Na perspectiva de Vasconcellos a sedição no Rio Grande do Sul era um atentado contra o governo brasileiro uma vez que começava a envolver as guerras civis do Estado Oriental e das províncias da Confederação.

Percebe-se, então, como a Farroupilha inseria-se no jogo político platino. O tratamento da diplomacia imperial no Prata era nos trilhos da neutralidade, porém, à medida que o movimento farroupilha se entrelaçava cada vez mais nas lutas políticas dos governos vizinhos, tentava de alguma maneira ter acesso às informações nas regiões de fronteira através de lideranças militares das forças legalistas que atuavam na guerra ou de redatores de periódicos que circulavam no Uruguai, dentre eles, *El Universal*. Este último, por exemplo, foi mencionado por Vasconcellos ao se referir dos atentados planejado pelos rebeldes sul-rio-grandenses e os Blancos (AHI, 1837, p. 5). A base das argumentações dos diplomatas imperiais se dava a partir das notícias que conseguiam através de informações com pessoas ligadas a periódicos dos jornais, membros militares e sobretudo de suas interpretações ideológicas. Nos ofícios diplomáticos não chegavam a dizer se iriam para os locais e conflito já que o movimento farroupilha acirrava suas relações políticas com o governo central.

Como foi visto até agora, os estadistas imperiais, além de notificarem planos dos líderes farrapos com os chefes políticos platinos, só registravam reclamações ao governo uruguaio para que

as incursões militares não refletissem no território brasileiro. Se bem antes do conflito e da secessão, tais contatos já eram sinalizados, o governo central não teria mais controle durante os anos da guerra e muito menos suas solicitações surtiriam efeito. Essa era a opinião do ministro Manoel Vasconcellos ao dizer ao secretário da pasta dos Negócios Estrangeiros, Gustavo Pantoja, “de que serão inúteis e absolutamente inexpressíveis quaisquer outras reclamações (AHI, 1837, p. 28)

Pode-se dizer que um dos olhares da diplomacia brasileira sobre a república de Piratini pautava-se em indefinições acerca da realização de algum tipo de ação política ou militar mais imediata. Nas demais rebeliões regenciais que eclodiam nas regiões do Império, as forças militares atuaram de maneira mais incisiva. Todavia, na Farroupilha foi diferente. Não se inseriu apenas na lógica nacional. A diplomacia e a política nacional deveriam ter toda cautela uma vez que se intervissem como nas outras revoltas, romperia sua política de neutralidade.

Um outro aspecto apurado pelos diplomatas residentes em Montevidéu e em Buenos Aires a respeito da Farroupilha tratava-se do fato de que os referidos governos questionavam a neutralidade brasileira. Por qual motivo? Pelo fato dos inimigos rositas, os unitários e de Oribe, os colorados, circularem em áreas próximas à província de São Pedro. O diplomata Manuel Vasconcellos afirmava que essa estratégia era utilizada por Oribe como forma de alcançar uma falsa justiça e de diminuir as hostilidades, descrevendo como uma *política pérfida*.

Esses estadistas enxergavam a guerra Farroupilha como um grande obstáculo a ser enfrentado pela diplomacia brasileira a longo prazo já que naqueles anos não era possível realizar alguma intervenção direta no Rio Grande do Sul. As possibilidades de negociações do governo brasileiro com os líderes farrapos eram quase remotas já que a guerra se radicalizava. Mesmo nos três últimos anos da regência, período em que a chancelaria brasileira seria comandada por políticos conservadores, a opção pelo conflito direto não existiu entre nesses anos já que líderes políticos platinos poderiam abraçar a causa farroupilha. Observou-se até aqui que nenhum dos diplomatas utilizaram como uma possível solução a guerra. Eles sabiam o quanto isso seria prejudicial já que a política nacional atravessava conturbados anos e as forças militares encontravam-se enfraquecidas. No relatório do ministério da guerra do ano de 1837, é ressaltada a necessidade do recrutamento militar e da organização da Guarda Nacional para combater as rebeliões nas províncias do Rio Grande do Sul e do Pará e

a pacificação das mesmas (RELATÓRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1837, p. 6-7)

Como foi visto até agora, as visões que esses estadistas apresentavam do movimento Farroupilha pautaram-se sobretudo em duas perspectivas: a primeira delas era a possibilidade da província do Rio Grande do Sul se separar o que aconteceu. A segunda dizia respeito aos riscos que a referida província apresentava ao estabelecer conexões com os caudilhos políticos platinos. Os representantes diplomáticos brasileiros enxergavam a figura de tais caudilhos como ditadores, sinônimos de anarquia e desordem para a região do Rio da Prata.

Outro elemento que os diplomatas ressaltavam de maneira contundente em seus diálogos era o fato de que os conflitos internos no Uruguai influenciavam significativamente no Rio Grande do Sul. Nas palavras de Antônio Peregrino Maciel Monteiro, secretário da pasta dos negócios estrangeiros, *o teatro* da guerra do Estado Cisplatino provocava as perturbações na conturbada província de São Pedro. Entretanto, o agente imperial acreditava que a política externa brasileira, a neutralidade, “não só tinha removido tão desagradáveis dificuldades, como no pé de igualdade as relações de boa vizinhança entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai” (AHI, 1837, p.12). Observa-se como o agente brasileiro era controverso em seu argumento uma vez que o governo imperial já não tinha mais controle da situação política na fronteira meridional. Enquanto a diplomacia brasileira tentava encontrar soluções para conter os avanços do movimento farroupilha, os farrapos expandiam suas alianças dentro das província sul-riograndense e tentavam consolidar suas alianças na esfera platina com os Blancos e os Federais.

4. Entre a neutralidade e a desconfiança

Um ano após a proclamação da república de Piratini, em 1837, os agentes imperiais reafirmavam a orientação neutral e criticavam os governos que tentassem estimular a continuidade da causa farroupilha. Manoel de Almeida Vasconcellos, em ofício para Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, comentava que “as alianças de Oribe com os farrapos eram crimes cometidos contra o Império do Brasil” (AHI, 1837, p. 12). O ministro brasileiro relatou ainda que o presidente uruguaio se negara a prestar satisfações ao governo brasileiro por conta do auxílio aos farrapos, “cometendo um gravíssimo atentado

contra a honra e a dignidade do Império” (AHI, 1837, p.12). Aos olhos de Vasconcellos, Oribe não estava nem um pouco preocupado com as reclamações da chancelaria brasileira, atestando que a continuidade dessa conduta não zelaria para a integridade do Estado Oriental.

Por mais que o Brasil solicitasse ao governo uruguaio que as guerras internas não repercutissem em território brasileiro, no caso, na província sul-rio-grandense, parecia algo difícil de evitar. Os agentes brasileiros, certamente, desconfiavam de todas as justificativas de seus governos vizinhos sobre qualquer tipo de intervenção ou alianças militares. Percebemos frente a essas tentativas do governo brasileiro que os atores políticos farroupilhas já se encontravam imersos no jogo político platino, envolvidos nos conflitos civis do país oriental. O governo brasileiro já não tinha mais controle e opções para conter as estratégias militares e diplomáticas dos revolucionários sul-rio-grandenses.

Gaspar José Lisboa, encarregado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e cônsul do Império em Buenos Aires, na correspondência para Gustavo Aguilar Pantoja, oficial da referida pasta, dizia que Oribe apoiava Rosas nas tentativas de intervenções armadas no país uruguaio. Entretanto, em respostas a essas reclamações do governo brasileiro, o representante diplomático de Buenos Aires, Felipe Arana, negava que houvesse interesse numa intervenção (AHI, 1837, p. 12). Somado a essa declaração, a Confederação reforçava seu discurso de que a diplomacia brasileira deveria conservar cada vez mais a sua estrita neutralidade (RIBEIRO, 1932, p.8). O governo de Buenos Aires percebia a fragilidade política e militar do Brasil e sua inviabilização em realizar qualquer tipo de ação interventora. Veremos com mais detalhes no próximo capítulo que a política externa da Confederação nesses anos pautou-se em aproveitar-se da neutralidade imperial e afinar os laços diplomáticos com Manuel Oribe.

As dissensões internas entre Oribe e Rivera intensificaram-se no Estado Oriental. O líder do partido colorado continuava em suas estratégias de realizar levantes próximo à capital procurando desestabilizar Oribe e este, por sua vez, não descartava uma possível política de intervenção armada de seu principal aliado, Juan Manoel de Rosas. A diplomacia brasileira percebia que as relações políticas entre o governador de Buenos Aires e o presidente uruguaio fortaleciam-se e que os farrapos, até então alinhados a eles, começavam a transmitir certo desgaste com seus aliados, pois o objetivo central dos rebeldes sul-rio-grandenses não consistia

somente na troca de auxílios militares. Tratava-se, sobretudo no reconhecimento dos referidos governos platinos, principalmente o de Buenos Aires, da república do Rio Grande do Sul.

A longa espera do governo farroupilha pelo ato de reconhecimento da República de Piratini por Rosas e Oribe fazia com que os rebeldes sul-rio-grandenses começassem a pensar em novas alternativas de alinhamento diplomático. Uma das possibilidades era a coalizão com o adversário de Oribe, a facção colorada liderada por Rivera. Os agentes imperiais desconfiavam dessa ideia já que relatavam que tropas coloradas “tinham sendo conduzidas para Piratini pela intervenção de Fructuoso Rivera para com o rebelde Neto” (AHI, 1837, p. 12). Não eram apenas os agentes brasileiros que observavam as supostas alianças entre Rivera e os farrapos. Oribe começava a perceber as estratégias farroupilhas com o seu arquirrival.

Um dos prováveis motivos para uma gradual mudança de posição dos farrapos era devido ao fato de que eles aguardavam ainda do governo uruguaio blanco e de Rosas o reconhecimento do Estado sul-rio-grandense. Além disso, continuava havendo contrabando de gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul. O chefe do partido Blanco expediu as instruções que desagradaram os rebeldes. A partir dessa diferença, os rebeldes se aproximaram de Rivera.

Um guia de autenticidade legal, pelo qual se mostre o introdutor e o proprietário legítimo e em fala desta, por certidões de seis estancieros ao menos. Esse decreto do governo é sem dúvida algumas declarações de hostilidades e um golpe mortal aos rebeldes, se for executado, como me induz a crer as boas disposições que agora me tem manifestado o presidente Oribe (AHI, 1837, p.39)

Para o diplomata brasileiro, o decreto sancionado por Oribe representava o desgaste da aliança com os farrapos já que tal medida prejudicou significativamente os interesses econômicos da elite sul-rio-grandense. Por isso, novas hostilidades começariam entre os farroupilhas e os blancos a começar pela referida medida do governo uruguaio. Não temos dúvidas que Oribe ficou tanto temeroso quanto estarecido ao saber que os líderes farrapos estavam tramando ações militares e costurando alianças com Rivera.

Qual seria a reação dos agentes brasileiros frente a essas questões? Seria uma boa oportunidade para a chancelaria imperial

sair da posição de neutralidade, intervir no conflito e mediar um acordo entre as partes? Veria com bons olhos um possível rompimento dos farroupilhas com o governo oribista? Unira-se ao chefe político do Estado Oriental e combateria os rebeldes? Ou continuaria temeroso diante de prováveis e inéditas coalizões entre os liberais sul-rio-grandenses e Rivera? A diplomacia brasileira teria poucas opções de ação uma vez que não controlava o território rebelado e não mantinha boas relações, seja com Oribe, seja com Rivera. Logo, permaneceu neutra.

No trecho “esse decreto do governo é sem dúvida algumas declarações de hostilidades e um golpe mortal aos rebeldes” Vasconcellos opinava a respeito de que a medida imposta por Oribe prejudicaria os interesses econômicos dos farrapos já que muitos deles tinham propriedades e gado em terras orientais. É importante ressaltar também que os farroupilhas escoavam seus produtos pelo porto de Montevidéu. Provavelmente, outro tipo de retaliação aplicada por Oribe aos farrapos tenha sido a aplicação de maiores restrições comerciais e o aumento dos impostos sobre os produtos dos rebeldes. Os líderes farrapos começavam a repensar seus alinhamentos diplomáticos já que as aplicações dessas medidas poderiam comprometer em longo prazo a manutenção da República Rio-Grandense.

A diplomacia brasileira continuaria a seguir em sua política de neutralidade uma vez que se Oribe, ainda aliado aos rebeldes, representava uma ameaça ao governo brasileiro por estar unido a Rosas, os rebeldes mudando para o lado de Rivera não representaria também sinais de tranquilidade. O governo brasileiro conhecia detalhadamente o histórico do líder do partido colorado na região platina. Por conta das disputas políticas entre Rivera e Oribe, a chancelaria imperial não conseguia dar continuidade nas negociações dos tratados de delimitações das fronteiras com o Estado Oriental. Tais questões ficavam paradas na agenda diplomática brasileira. Quando os agentes imperiais iniciavam conversas referentes a essas temáticas, a diplomacia uruguaia alegava que não tinha como resolver as pendências até que as hostilidades e os conflitos no Rio Grande do Sul e no Uruguai acabassem.

Será mesmo que Oribe pensava por essas vias ou estava sendo orientado por Rosas a não realizar nenhum tipo de tratado com o Império? Acreditamos na segunda opção pois Oribe começava a afinar seus laços políticos cada vez mais com Rosas a ponto deste último exercer uma forte influência sobre os caminhos

políticos do país Oriental. Pois, para o governador de Buenos Aires, em hipótese alguma seria vantajoso o Uruguai selar acordos de fronteira uma vez que Rosas começava a mostrar seus interesses pretenciosos sobre o país. O Brasil se manteve neutro, mas cada vez mais preocupado em não deixar o Uruguai cair nas mãos de Rosas (BETHELL, 2012, p. 159)

5. Considerações finais

Ao longo do artigo, procurou-se abordar a conjuntura da política externa do Império do Brasil durante a era regencial e a sua atuação nos primeiros anos da guerra civil mais longa da Era Regencial, a Farroupilha. Vimos que a preocupação diplomática brasileira nos momentos anteriores à guerra era investigar as movimentações e contatos de Lavalleja com alguns líderes políticos da província de São Pedro, dentre eles, Bento Gonçalves, na região fronteiriça. Já durante os anos iniciais da guerra Farroupilha os diplomatas brasileiros procuravam evitar o fortalecimento dessas conexões solicitando aos governos vizinhos que não tomassem partido na revolta.

Compreendemos, sobretudo, os percalços da diplomacia brasileira. Um deles foi não poder fazer nenhum tipo de ação senão a manutenção da política de neutralidade diante da eclosão da Farroupilha e do estreitamento dos farrapos com os líderes caudilhos platinos. Qualquer medida de caráter intervencionista nesse momento aumentaria as instabilidades políticas internas e até comprometeria na condução de sua diplomacia na região platina. Observamos que a singularidade guerra Farroupilha não está somente nas insatisfações que os farrapos tinham contra o governo central, mas na forte repercussão no Prata.

Em um primeiro momento, tentou se alinhar a Oribe e Juan Manoel de Rosas. Posteriormente, vimos que começou um diálogo com Fructuoso Rivera. Por conta dessas questões envolvendo contatos com lideranças platinas, seguimos a ideia de que o movimento farroupilha esteve no subsistema platino de relações internacionais (BARRIO, 2011, p.59). Isso fez, como vimos nas correspondências e relatórios analisados, com que o Império repensasse suas políticas diplomáticas e não apenas em combater o conflito na província de São Pedro, mas em novas estratégias sobre a região do Rio da Prata.

6. Referências bibliográficas

6.1. Fontes

Relatório do ministério dos Negócios Estrangeiros dos anos de 1834, 1835, 1836 e 1837 (Disponíveis em <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>) Atas do Segundo Conselho de Estado 1822-1834 (Disponível em https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp)

Arquivo Histórico do Itamaraty: Fundo: Legações do Império do Brasil em Buenos Aires e em Montevidéu (Maços 009 e 016).

6.2. Bibliografia

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O intervencionismo do Império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à tríplice aliança*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: (org.) CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional (1830-1889)*. 1º ed. -Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DORATIOTO, Francisco. Poder Naval e Política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852). *Revista Navigator*. Rio de Janeiro, v. 6, p. 9-20, 2010.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora d'a UFRGS, 1990. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha (1836-1840)*. 2º ed. Porto Alegre: Editora da Cidade, Letra & Vida, 2011.

GUZZELLI, Cesar. *O Horizonte na província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro, 1998.

PADOIM, Maria Medianeira. Artigas, o Federalismo e as instruções do ano XIII. *XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)*. Natal, RN. 22 a 26 de julho, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jataí. *A revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828). São Paulo: Hucitec, 2006.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as Revoltas: Estado e nação na trajetória dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

Recebido em 20/10/2020
Aprovado em 22/02/2021